

## Insularidade e insolidariedade: a face fratricida da miséria em *Famintos*, de Luis Romano

João Luiz Xavier Castaldi<sup>1</sup>  
Simone Caputo Gomes<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho esboça uma análise do romance *Famintos*, do escritor cabo-verdiano Luis Romano, escrito nos anos 1940 e publicado pela primeira vez na década de 1960, no Rio de Janeiro. Nossa ênfase recai sobre o retrato, feito pelo autor, dos mecanismos de exploração do homem pelo homem e da forma como a miséria de alguns é quase sempre o lucro de outros. Outrossim, discorreremos sobre as maneiras como o espaço insular pode tomar, naquele contexto colonial fascista, as formas de uma prisão: para tanto, buscamos suporte, principalmente, nas concepções de insularidade propostas por Dina Salústio e Manuel Veiga, cotejadas ao retrato da seca e da miséria traçado por Romano. Conclui-se que o caráter documental e político da obra passa pelas noções de que a fome acaba por matar qualquer fraternidade que haja entre um grupo de concidadãos, e de que o texto literário também é um caminho para romper o silêncio imposto ao intelectual de Cabo Verde pela Metrópole, pela elite nativa e pela própria geografia do arquipélago.

**Palavras-chave:** Luis Romano; *Famintos*; Insularidade.

Luis Romano de Madeira Melo foi um escritor cabo-verdiano nascido na década de 1920 e radicado no Brasil a partir dos anos sessenta. A postura combativa do autor evidenciou-se em sua militância no PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) e no romance-denúncia *Famintos*, seu único texto narrativo longo – e, curiosamente, as trajetórias tanto do autor quanto do livro metaforizam a emigração e o exílio, temas desta obra e de boa parte da melhor literatura do arquipélago: o romance circulou clandestinamente por cerca de quinze anos até sua primeira publicação oficial, que se deu em 1962, no Brasil, e o escritor, perseguido pela polícia política do salazarismo, partiu para um exílio que acabou por se fazer definitivo.

*Famintos* traz um relato visceral dos efeitos de uma seca de cerca de seis anos, em parte coincidente com a Segunda Guerra Mundial, que devastava uma população que dependia em grande medida da agricultura. Em vez de retratar a estiagem como um flagelo cíclico inevitável ou exaltar a resiliência de um povo que resiste, Luis Romano parece optar pela exposição dos

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. Mestre em Letras pela Universidade de São Paulo. E-mail: joao.castaldi@hotmail.com. ORCID iD: 0000-0003-0124-7067

<sup>2</sup> Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora sênior da Universidade de São Paulo. Membro da Academia Cabo Verdiana de Letras. E-mail: simonecaputog@gmail.com. ORCID iD: 0000-0002-4893-2937

mecanismos de exploração que a falta de chuva intensifica: administradores dos socorros públicos, membros do clero, grandes comerciantes e funcionários do governo juntam-se em um macabro conluio a fim de explorar o desespero de pequenos produtores, em geral “americanos”, ou “desembarcados” (assim eram chamados os cabo-verdianos retornados depois de anos trabalhando na América, em geral na indústria têxtil dos EUA), que trocavam roupas, casas e terrenos por valores irrisórios quando a fome falava mais alto:

- Se você acertar, pago-lhe uma cerveja agora mesmo.
- Palavra, isso é coisa fina. Trezentos?
- Uma gargalhada ecoou pela sala.
- Cento e cinquenta?
- Nova explosão de riso que deixou o outro embatucado.
- Pronto, cem palhaços e olhe que é uma lotaria.
- Chiça! você é ainda menino ou brinca? Perdeu a cerveja. O “americano” pediu oitenta e arrumei-lhe com quarenta e cinco na focinheira. Foi com sorte. Ainda há quem dê menos.
- O sobretudo foi examinado com mais atenção.
- Isto é coisa de valor, homem! – É forrado de seda crua por dentro.
- Veja o talão de origem: USA, \$20.
- Boa pechincha, não há dúvida. Assim que é negócio, obtemperava Comerciante, dobrando o sobretudo religiosamente. (ROMANO, 1983, p. 71)

Quando não havia posses para vender ou trocar por comida, os homens que ainda tinham alguma força empregavam-se nos serviços públicos de abertura de estradas, em que eram tratados com extrema brutalidade pelos capatazes ou recorriam ao furto. Diga-se de passagem, o próprio autor trabalhou na década de 1940 como “olheiro” (espécie de vigia) nos ditos “trabalhos d’Estado”, o que confere uma camada documental à sua denúncia:

Em princípios de trabalhos de “Salvação Pública”, actuando como “Olheiro”, tomava apontamentos sigilosos daquela paranoia esfomeada, sob forma de compartimentos semi-estanques, que, aos poucos, agravou-se pelas “Secas”, incidindo sobre o passivo Caboverdiano rural e desvalido. Seguidamente, apercebi-me de que Ele, ao se sacrificar, transformava-se num inconsciente Herói-mártir que morria miseravelmente sem que o Mundo soubesse da sua gritante agonia. (GOMES, org. 2017, p. 284)

No livro, esses trabalhos de abertura de estradas são retratados como estratégia genocida e fonte de lucro para os encarregados, visto que muitos dos escaveirados acabavam por morrer

antes de serem pagos ou eram espoliados, tendo sempre adiado, dia após dia, o seu parco pagamento em porções de milho. Quanto aos que saqueavam, a sorte não parecia melhor:

– Fora! Fora daqui! – gesticulava o agricultor para o povoleu que lhe invadia a propriedade, e que, sem fazer caso assenhorava-se de tudo quanto lhe servia de comida.

A horta ficou desmantelada num abrir e fechar de olhos. Então o homem pegou num pau e malhou a esmo, sem destringar grandes de pequenos, até que a multidão fugiu para o caminho, insaciada, grupos disputando raízes de mandioca, os mais débeis caindo.

E houve um que ficou estendido na horta porque as forças faltaram-lhe para transpassar o cercado, no momento em que engolia um bocado de inhame cru. Estrebuchando como uma bicha-fera, chamou a atenção de uma mulher que vinha em atraso e que sem hesitar meteu-lhe os dedos pela garganta, extraiu o tubérculo, devorando-o sofregamente, para repartir em seguida.

O agricultor, num desatino batia em dois rapazitos, às convulsões, por terra, as pancadas soando oco na pele crestada que desenhava os ossos. (ROMANO, 1983, p. 57)

O excerto citado parece-nos um bom exemplo de uma das temáticas centrais do romance: a desumanização, a forma como o embrutecimento oriundo do não suprimento das necessidades alimentares básicas, ou do medo da miséria total, sobrepõe-se a qualquer possibilidade de empatia ou respeito. Um faminto que zoomorficamente agoniza “como uma bicha-fera” tem a garganta revolvida por outra, miserável, enquanto o pequeno agricultor que também tem medo da carestia mata duas crianças a pauladas. À medida que se passam os meses e anos sem chuva, a solidariedade que já não existia da parte do rico para com o pobre, também desaparece por completo dentro dos estratos mais carentes, e a fome que oblitera os sentimentos acaba por homogeneizar as individualidades, ao que o narrador adota certo tom generalizante que intensifica a ideia de nivelamento – “aquilo não era mais gente, para ser então uma coisa triste, a dois passos de uma demência coletiva” (ROMANO, 1983, p. 260).

Conclui-se que o que fica é a sensação de que não há fraternidade possível na pobreza absoluta, visto que, paradoxalmente, o cabo-verdiano na diáspora, com a melhoria de sua qualidade de vida, é conhecido justamente por sua união e disposição em ajudar o conterrâneo que chega. Tal paradoxo é aludido na obra por Campina, personagem revoltada com a mansidão e com a desunião de seus companheiros da “Ilha-Sem-Nome”, termo com que o narrador se refere à ilha de Santo Antão.

Quando vai daqui um qualquer e chega lá, quem é patrício dá logo roupa, sapato e tudo quanto for de precisão. Leva o filho-da-terra para a casa, arranja trabalho para ele, só porque é da mesma nação de lugar. Agora, aqui não. Aqui crioulo anda mordendo no seu companheiro. Porquê? (ROMANO, 1983, p. 260)

Campina vivera e trabalhara na Argentina, onde se envolvera em greves que terminaram de forma violenta e presenciara o assassinato de um seu patrão que era ativista em prol dos direitos trabalhistas. De volta à ilha natal, decepciona-se por não encontrar entre seu povo terreno fértil para a revolta popular. Ressalte-se que o principal interlocutor de Campina é um jovem cognominado Estudante, em grande medida um alter ego de Luis Romano: moço de família abastada que vaga pela ilha na companhia de Campina, a quem ouve com atenção em diálogos didáticos (e às vezes um tanto inverossímeis, por muito pormenorizados) e toma notas da miséria que vê, a fim de escrever um livro que denuncie aquele horror.

Traço interessante, que constitui novo paradoxo, é o fato de o próprio Campina, negro e cabo-verdiano, aparentemente associar a mansidão dos conterrâneos a razões étnicas ou de origem, quando explode em impropérios:

– Argentina tem de tudo e homem de sangue na veia, que não aqui nesta terra de pretalhada, onde todos vão morrer debaixo do chicote de Lúcio e dos mais poderosos que estão mandando como no tempo de escravatura. (...)  
– Pretalhada! Só pretalhada que faz coisa assim. Quando um companheiro sai da linha direita é que nós todos devemos estender-lhe a mão, Rufino. (...)  
– Maldita raça de pretos! Vocês vêm pedir esmola, mas a ração não me dá para sobejos. (...)  
– Chiça! Corja de bandalhos. Pretalhada de trampa! Povo que devia não ter nascido porque não tem energia para gritar seu padecimento. (ROMANO, 1983, pp. 85 - 92)

Campina prega a união de um povo com que ele, em sua ira, não se parece irmanar, embora dele seja parte, o que acaba por reforçar, na estrutura geral da obra, a ideia de um espaço em que um não se reconhece no outro.

Como principal causa da passividade que sobressalta Campina está, sem dúvida, o cristianismo, que impede a revolta dos miseráveis, que não querem pecar incorrendo em violência e que acreditam que, por pior que seja a fome, ainda serão indenizados na outra vida. Salta aos olhos, não apenas nas falas desta e de outras personagens, mas na voz do narrador, forte tom anticlerical e antirreligioso. Parece-nos que, nesse ponto, Romano segue a linha

iniciada pelos realistas do século XIX, como o português Eça de Queirós, ao retratar os membros do clero, em geral, como glutões e depravados, que se põem quase sempre ao lado dos poderosos da Ilha, a fim de usufruir de suas benesses, e ao retratar a crença religiosa como ilógica e perigosa. Ademais, é sabido que, via de regra e mesmo com o risco de ser aproveitada e distorcida por toda sorte de líderes corruptos, a religiosidade tende a se acentuar entre populações socialmente mais vulneráveis, como forma de manter um fio de esperança ou de trazer sentido a uma vida de privações que seriam recompensadas pela eternidade. Nas palavras do pesquisador Daniel Silva Pinto:

Transfigurar a realidade e, a partir daí colocá-la em moldes ou categorias que podem ser manipuladas a seu favor, é uma estratégia elaborada pelos mais desfavorecidos socialmente, mesmo que este sentimento advenha de perspectivas assentadas em bases sociais e econômicas pouco prováveis e frágeis, e alimentadas somente por crenças religiosas, a mais das vezes girando em torno de promessas de efeito imediato, com resultados miraculosos. (SILVAPINTO, 2017, p. 9)

Visto que o autor de *Famintos* procura demonstrar os bastidores da miséria e como a pobreza de uns é sempre útil a outros, faz sentido que a religião apareça na obra principalmente como mecanismo de exploração e controle social – por isso os representantes da Igreja, em lugar de ensinar a solidariedade e a empatia, ensinavam o temor e a submissão.

Aqui, vale frisar que Campina é encarado com temor pelos companheiros, que enxergam perigo não apenas na forma como ele considera a violência como resposta à opressão, mas também na forma como ele acredita mais na ajuda de um homem para outro do que na ajuda vinda de Deus:

- Rufino, cuidado que Campina é perigoso! (...) Um primo mandou dizer numa carta que ele entrou em greve de fábrica de fazenda e matou gente com faca baleeira. (...)
  - Matar é contra a lei de Deus! Campina precisa é ouvir missa para lavar pecado. (...) Eu vi n'Argentina homem e mulher que não acreditava em religião de nenhuma casta. Gente assim é que arranja greve e barafunda com polícia. (...)
  - Campina é perigoso, matou cristão com faca baleeira n'Argentina. Tem falta de ouvir missa para desfazer pecado e afastar Diabo da boca. (...)
- E anda para cima e para baixo a buscar tentação com branco, ou procurando maneira de meter coitadinho no meio de briga com polícia, sem pensar que povo daqui quere é safar sua vida para não morrer antes das águas. Anjo da

guarda há-de olhar para ele e encaminhar sua vida na lei de todo fiel-cristão.  
(ROMANO, 1983, pp. 110 - 112)

Note-se que a subversão das relações sociais e trabalhistas vigentes é associada pelas personagens à subversão da vontade de Deus, e se Campina incita à violência, é por estar com o Diabo na boca. Há algo de assustador e incompreensível, se não sobrenatural, em um pensamento tão estranho como o de Campina.

Semelhante tratamento vê-se dispensado à fala de Zula, jovem que estudou na Europa e de volta à Ilha passou a denunciar a igreja como mantenedora da desigualdade e do medo, ao que foi tachado de louco. No dizer de Zula, a solução estaria na união e no trabalho, não na oração: “Um desgraçado com fome perde o seu tempo em ajoelhar e rezar com a barriga vazia. (...) Acredito que em cada um de nós existe uma partícula divina. O nome dela é Amor-União-Liberdade (ROMANO, 1983, pp. 221-222).

No dizer do povo que o ouve, “Zula é filho de gente-de-bem. Foi estudar para doutor e virou doido, coitado.” (ROMANO, 1983, p. 222). Assim, observamos que discursos que pregam a união entre os homens são invariavelmente rotulados como maus ou insanos na ilha fragmentada retratada em *Famintos*, onde a carestia nivela os pobres ao mesmo tempo em que os divide.

Outra situação que ilustra, no romance, a pouca solidariedade entre os ilhéus no momento da crise, é o episódio envolvendo as prostitutas na ilha de São Vicente (na obra, *Ilha-da-Cidade*). Rosenda é filha de Paulino, um dos “desembarcados” que procura os trabalhos d’Estado e acaba vitimado pela asma, pela fome e pela violência do capataz. Sem outra alternativa e em troca de favores sexuais ao capitão, a jovem consegue embarcar em um vapor a fim de ganhar a vida em São Vicente e poder mandar alguma ajuda à mãe que ficou na Ilha-Sem-Nome. Tão logo chega à nova ilha, Rosenda reconhece em uma praça uma sua conhecida chamada Serafina, já prostituída, que a recebe com solicitude e alegria e a convida a partilhar daquela vida: “– Aqui é minha casa. De hoje em dia vais morar comigo. (...) – Menina, aqui a gente pode viver só com a ajuda desse ‘por baixo’. Branco, quando está com fome de mulher dá bom ganho.” (ROMANO, 1983, p.240).

De certa forma, esse encontro condiz com a fala de Campina sobre os cabo-verdianos serem solidários entre si apenas no exílio ou numa espécie deste, visto que, apesar da curta distância, aquela já não era a ilha natal. Aqui é interessante notar que a primeira lição que

Rosenda aprende com as outras “mocratas” é desprezar sempre que possível os homens nativos, priorizando invariavelmente os estrangeiros: “Rapaziada da terra pagava mal (...). Terra não tinha maneira; bom dinheiro era só quando chegasse vapor com marinheiro branco” (ROMANO, 1983, p. 241). A impressão que fica sobre a Ilha-da-Cidade é que aquela terra serve ao estrangeiro e é dele que se vive em função. Tudo orbita em torno do porto, e não somente as prostitutas priorizam os brancos. Afinal, a aventura de Rosenda como “menina-de-vida” termina com uma manobra sanitária dos administradores de São Vicente, no intuito de conter as doenças venéreas que infectavam os estrangeiros:

Polícia tinha ordem de prender quem não tinha guia, por via de muita doença que matou marinheiro branco. (...) A ordem era de mandar cada uma para sua terra de nascença. (...) Nós fomos embarcadas debaixo de arma. (ROMANO, 1983, p. 255)

Podemos inferir não apenas que a saúde do estrangeiro importa mais do que a do nativo, mas que, assim como sucedeu na Ilha-Sem-Nome, o coleguismo e a solidariedade acabam quando a crise começa.

Outrossim, uma explicação possível para a preocupação dos governantes com a saúde dos marujos que passavam pelo porto seria o desejo de não chamar a atenção pela precariedade e esconder do mundo o que de fato se passava nas ilhas. *Famintos*, não obstante seu teor declaradamente documental e seu evidente lastro na realidade que o autor vivenciou, é um texto artístico, e como tal admite por princípio a ficção, a distorção e o exagero, tendendo ao estilo caricatural ou grotesco. Contudo, sabe-se também por fontes menos literárias que a Metrópole não raro mascarava atrocidades que ocorriam nas colônias. Tomemos como exemplo o relato escrito pelo curador Jerónimo Paiva de Carvalho três décadas antes do surgimento de *Famintos*, denunciando a forma como a escravidão continuava vigente na Ilha do Príncipe em pleno século XX, sob um verniz de “contratos de trabalho”:

Os clamores da multidão indignada não ecoaram no seio da alma nacional e se alguma coisa ficou, consistiu num certo ar de incredulidade, pois não seria de esperar que e raça lusitana, elevada pelo conceito histórico do passado glorioso, tombasse prostituída no ludibrio feito à civilização mundial com o exercício prático duma exploração inteiramente abolida nos códigos de toda a humanidade. (...) A existência da escravatura nas ilhas é um facto, embora se apresente à vista da opinião pública como um regime de trabalho livre. (CARVALHO, 1912, p. 14)



Luis Romano, inclusive, descreve prática semelhante nos anos 1940, pois em *Famintos* também há os “contratados”: jovens desesperados pela fome que se deixam seduzir pelas promessas de fartura e embarcam para São Tomé e Príncipe (no romance, “Costa d’África”), a fim de trabalhar nas roças de café. O que encontram, porém, são condições plenamente análogas à escravidão, incluindo castigos físicos, ferro em brasa e grilhões – o que em muito difere da propaganda sobre bonança e dinheiro que fora apregoada em todos os cantos da Ilha-Sem-Nome.

Além do episódio dos contratados, ludibriados e emaranhados numa armadilha da qual não podiam fugir, mesmo que tentassem – “Branco manda polícia atrás, até cercar. Fugido vira bicho mau vivendo no fundo do matagal, como ladrão, brabo, sem fé nem lei. Fica assim até que um dia é pegado” (ROMANO, 1983, p. 255) –, há no romance outros episódios que denunciam a forma como a opinião internacional era constantemente enganada a respeito do que sucedia no arquipélago. É a função, por exemplo, do capítulo “O vapor que ficou Lá fora...”.

No referido capítulo, Campina conta a Estudante sobre as cartas que foram enviadas ao exterior (à “Terra-Longe”), por ele e por cidadãos mais influentes da Ilha-Sem-Nome, com um abaixo-assinado anexo, pedindo ajuda aos conterrâneos na diáspora. Um barco foi enviado em socorro com mantimentos, roupas e remédios, mas ele nunca chegou aos miseráveis que morriam à míngua enquanto esperavam olhando para o mar. Afinal, seria um precedente perigoso para quem pretendia dar a impressão de que tudo estava sob controle – e aqui nos referimos não apenas à Metrópole, mas principalmente à elite nativa:

– Vapor ficou “LÁ-FORA”, para que marinheiro estrangeiro não olhasse pobreza daqui. SE branco de Terra-Longe que sabe língua, que sabe escrever tudo que vê, olhasse gente morrendo dessa maneira, na certa que não deixava de ir contar na Terra-Longe as coisas que viu. E grande da nossa terra não gosta que estranho venha tomar fé desta miséria, para não perder o nome. (ROMANO, 1983, p. 186)

No mesmo trecho, usando o tom pedagógico que caracteriza os diálogos da obra, Campina explica a Estudante que, a partir desse evento, a comunicação entre os ilhéus e seus parentes na diáspora foi virtualmente cortada:

– E não contaram como tudo se passou, aos Irmãos da Terra-Longe?



– Sim. Tudo foi escrito, tim-tim por tim-tim. Mas, polícia no Porto rasgava todas as cartas e não deixou escapar daqui notícia de coisa nenhuma. Veio ordem para quem fosse apanhado a dar parte, ser metido na cadeia, logo. (ROMANO, 1983, p. 187)

Nesse ponto, cabe observar que o responsável por impedir a chegada do vapor – e pelo requinte cruel de confiscar e distribuir como presentes aos amigos ricos da Ilha-Sem-Nome os mantimentos e demais itens que constituíam sua carga – é o tirano administrador chamado Mulato. Some-se a isso o fato de que a farsa foi coroada pela ação de um cidadão corrompido cognominado Mestiço, pago para escrever uma carta desmentindo as anteriores:

Esse tal Mestiço, filho da terra, preto, de tronco de pretaria, ganhou graça, hoje tem casa que nem palácio. Está com vida farta e emprego seguro, só por ter firmado num papel que aqui nunca ninguém passou necessidade e povo vivia sem padecimentos. (ROMANO, 1983, p. 187)

Como se sabe, a ação dos portugueses em Cabo Verde, quando iniciam a colonização das ilhas a partir de fins do século XV, foi diversa daquela exercida nos demais territórios africanos colonizados, pelo fato de o arquipélago encontrar-se desabitado, embora frequentado por africanos oriundos do atual Senegal, interessados na extração de sal e na pesca – e conhecido pelos árabes, pelo menos desde o século XII. A empreitada original lusitana de povoar o arquipélago apenas com portugueses converteu-se, ao longo dos primeiros séculos de colonização e em grande medida pelo rigor do clima, em certa naturalização da miscigenação entre os brancos e o grande contingente de africanos escravizados levados do continente às ilhas:

É a ausência ou a quase inexistência de uma população nessas ilhas, que vai determinar a política portuguesa de povoamento. (...) Os dois grupos em presença, brancos e negros, enfrentando um novo meio, em contacto permanente e directo, durante séculos, sofreram ambos mudanças, por vezes profundas, nos seus modelos culturais. (...) Com o tempo, favorecido pela insularidade e pela quase ausência de mulheres europeias em Cabo Verde, foi-se forjando um povo largamente mestiço, com uma cultura própria, também largamente mestiça, mas com características predominantemente africanas para uns e luso-tropicais ou luso-tropicalista para outros. (ANDRADE, 1998, pp. 24-30)

Ao contrário de outras colônias portuguesas na África, Cabo Verde desenvolve uma população e também uma burguesia essencialmente miscigenada. Constatando que, no romance de Luis Romano, é estratégia frequente nomear as personagens a partir de suas atuações sociais predominantes (Estudante, Doutor, Comerciante), perguntamo-nos qual será a função de alcunhar o déspota e o corrupto como, respectivamente, Mulato e Mestiço, de forma a aludir à miscigenação. Parece plausível que a intenção seja justamente apontar que boa parte do problema reside na elite nativa, ou seja, não apenas nas determinações vindas de Portugal, mas também no cabo-verdiano abastado ou no mandatário do colono que não têm pudor em sacrificar seus compatriotas a fim de garantir uma posição confortável.

Além desse aspecto fratricida que se observa nas violentas relações sociais da Ilha-Sem-Nome, percebemos que a insularidade, aludida por Elisa Andrade no trecho acima citado, tema multifacetado – “Ela é geográfica como climática, histórica como política, antropológica como existencial” (VEIGA, 1998, p. 9) – e dos mais frequentes na tradição literária cabo-verdiana, ganha em *Famintos* traços negativos. O mecanismo de estrangulamento dos mais pobres só é possível graças à quase total impossibilidade de se fugir das ilhas oprimidas (lembremo-nos de que além de tudo havia a Grande Guerra) e ao controle da comunicação com o exterior. Nesse jogo de exploração, não apenas se abafavam os pedidos de socorro que tentavam ecoar no exterior, mas se retardava a ajuda que tentava entrar, como se vê abaixo no conchavo entre duas personagens abastadas, didaticamente explicitado:

– Agostinho veio pedir-me dinheiro a juros. Não dei. Assim, forçosamente ele terá que vender a Chã-de-Cinta. Depois, quando aparecer, num dia desses, digo-lhe que não posso comprar o regadio, e, o meu compadre tomará conta do negócio e arruma o assunto de uma vez para sempre.

– Sim, compadre, chegou aquele dinheiro da Terra-Longe. Ainda não disse nada ao Agostinho. Tenho a carta e o aviso aqui. O filho mandou-lhe quinze contos de réis. Como ele me deve uma conta antiga e já com juros, vou deixar que tome outros fornecimentos até que a terra fique descontada no saldo da dívida. (ROMANO, 1983, p. 187)

Ao longo de todo o livro, a impressão é de que a insularidade em *Famintos* ganha o significado de uma prisão. Além dos desmandos dos donos do poder, vê-se que, para uma população que depende, preponderantemente, da agricultura familiar, torna-se verdadeira tortura saber-se em um espaço pequeno, sem possibilidade de expansão e de expressão, e sem chuva. Para cúmulo do desespero, as cargas d’água que seriam a salvação deixam-se entrever,

mas não se deixam sentir pelo povo preso na ilha, onde o céu, “até parecia de propósito, engrossava as nuvens, ultimamente, para depois descarregá-las na linha do mar, lá fora, onde nenhuma plantinha conseguia matar uma sede de água” (ROMANO, 1983, pp. 125-126).

O autor-testemunha talvez sentisse, enquanto coletava material para o romance ao mesmo tempo em que consolidava sua visão política e tomava a decisão de publicar o livro-denúncia que mudaria sua vida e o levaria ao exílio, que um destino insular talvez lhe calasse a voz, ou lhe travasse o diálogo. Conforme afirma Dina Salústio sobre a sensação de isolamento: “A insularidade, essa camisa de forças que tolhe os gestos e nos fecunda o peito em propostas de evasão, [que] não nos facilita a viagem que nunca nos levará ao outro que mora ao lado, no oceano irmão” (SALÚSTIO, 1998, p. 41). No jogo metalinguístico que há na narrativa, Romano explicita, pela boca do Estudante, um dos propósitos da obra: “– Campina, vou anotar tudo quanto me diz e farei um livro para esclarecer aos que ignoram a pasmosa tragédia que está passando nestas paragens sem nome” (ROMANO, 1983, pp. 191).

Do manuscrito trazido para o Brasil (GOMES, org. 2017, p. 251) “após hibernação compulsiva de 20 anos evitando a ‘Censura’” até o impacto que hoje ainda causa a leitura do romance (GOMES, org. 2017, p. 272), revela Luis Romano:

(...) confesso-me realizado por ter conseguido divulgar esse primeiro Romance-denúncia sobre a tragédia do Povo Caboverdiano, sobretudo durante o período calamitoso da Década de 1940, (...) chamando a atenção da Opinião Pública & Internacional sobre um genocídio que se repetia desde 1580 na KRIOLANDA, tendo como fulcro exterminador a ‘FOME’ e a Incúria patronal (GOMES, org. 2017, p. 272).

Contemplando com olhar contemporâneo o legado de *Famintos*, tem-se a certeza de que, para além de mera aventura estética – e com grande custo pessoal para o autor–, o livro escapa daquela prisão líquida e vem cumprindo, ao longo das décadas, uma função emergencial e política, como mensagem (ou grito) lançada(o) ao mar numa garrafa.

## Referências

ANDRADE, E. Do mito à história. In: VEIGA, M. (coord.). *Cabo Verde: insularidade e literatura*. Paris: Karthala, 1998, p. 17-32.

CARVALHO, J. P. *Alma negra!* - depoimento sobre a questão dos serviçais de S. Tomé. Porto: Tipografia Progresso, 1912.

GOMES, S. C. (org.). *Luis Romano: comentários literoverdianos 1960-2002*. Praia: Academia Cabo-verdiana de Letras, 2017.

ROMANO, L. *Famintos*. Lisboa: Ulmeiro, 1983.

SALÚSTIO, D. Insularidade na literatura cabo-verdiana. In: VEIGA, M. (coord.). *Cabo Verde: insularidade e literatura*. Paris: Karthala, 1998, p. 33-44.

SILVA PINTO, D. Representações sociais da pobreza na religiosidade pentecostal. In: SILVA PINTO, D. *Observatório da Religião*. Belém: n. 1, jan.-jun. 2017, p. 03-25, v. 4.

VEIGA, M. Introdução. In: VEIGA, M. (coord.). *Cabo Verde: insularidade e literatura*. Paris: Karthala, 1998, p. 5-14.

### **Insularity and animosity: the fratricidal face of poverty in *Famintos***

**Abstract:** This work proposes an analysis of the novel *Famintos (The famished)*, by the Cape Verdean author Luis Romano, written in the 1940s but first published in the 1960s, in Rio de Janeiro. We emphasize the representation, made by the writer, of the mechanisms of exploitation of men by men and of the way how the poverty of someone is almost always the profit of others. Furthermore, we discourse about the ways how the island space may take, in that colonial fascist context, the forms of a prison: to do so, we seek support, mainly, in the definitions of “insularidade” (which can be translated as “insularity”, but not necessarily meaning a bad thing) proposed by Dina Salústio and Manuel Veiga, compared to the representation of the drought and the poverty drawn by Romano. We conclude that the documentary and political features of the book goes through the notions that starvation ends up killing any fraternity that can exist between a group of fellow citizens, and that the literary text is also a way to break the silence imposed on the Cape Verdean intellectuals by the Portuguese, the native bourgeoisie and the geography of the archipelago.

**Keywords:** Luis Romano; *Famintos (The famished)*; Insularity.

**Recebido em:** 19 de maio de 2021.

**Aceito em:** 28 de junho de 2021.